

**Sou eu este patrimônio?
Reflexões críticas acerca da masculinidade hegemônica
nos museus e patrimônios goianos**

**Am I this heritage?
Critical reflections on hegemonic masculinity in museums
and heritage of Goiás**

Leonardo Tavares¹
Camila Azevedo de Moraes Wichers²

DOI 10.26512/museologia.v11i21.41424

Resumo

Esse artigo, tecido a quatro mãos, aciona o conceito de masculinidade hegemônica, imbricado com a colonialidade, para a análise do campo museal e patrimonial do estado de Goiás, com foco na capital goiana. A aplicação parte do diálogo entre uma mulher cis e um homem cis gay, sendo que a análise situada a partir da sexualidade deste último, a ótica homossexual, impulsionou a pesquisa. Os discursos museais e patrimoniais se impõem como memória oficial do Estado-Nação, uma memória normativa, atendendo um público específico, ordenado pela matriz heterossexual. Os sujeitos regidos pela norma desenvolvem entre si narrativas que justificam ordens sociais para o controle da história e da memória, entrelaçadas com gênero e sexualidade, causando, assim, náuseas e um mal-estar social aos corpos que se distanciam da norma construída.

Palavras-chave

museus; patrimônio cultural; masculinidade; colonialidade; sexualidade.

Abstract

This article, four-hand sewn, activates the concept of hegemonic masculinity, imbricated with coloniality, for the analysis of the museum and cultural heritage field in the state of Goiás, Brazil, with a focus on the capital Goiânia. The application starts from the dialogue between a cis woman and a cis gay man, and the analysis was based on the homosexual perspective. Museums and cultural heritage discourses impose themselves as official memory of the Nation-State, a normative memory, serving a specific audience, ordered by the heterosexual matrix. The subjects governed by the norm, and controlled by it, develop narratives among themselves that justify the control of history and memory, intertwined with gender and sexuality, thus causing nausea and social malaise to bodies that distance themselves from the constructed norm.

Keywords

museums; cultural heritage; masculinity; coloniality; sexuality.

1 Leonardo Tavares Alencar é Bacharel em Museologia pela UFG/FCS e Membro da ROPA - Rede de Ocupações e Parcerias Acadêmicas. E-mail: alencarleonardotavares@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3390-9136>. Link para acessar o lattes : <http://lattes.cnpq.br/3273062409529624>

2 Doutora e Mestre em Arqueologia (MAE/USP), Doutora em Museologia (ULHT-PT) e graduada em História (USP). Docente do Bacharelado em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro da Rede de Ocupações e Parcerias Acadêmicas (ROPA), vice-coordenadora do Grupo de Estudos Museologia e Interdisciplinaridade (GEMINTER, CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq). E-mail: camilamo-raes@ufg.br. ORCID <http://orcid.org/0000-0002-8996-7183>. Link para acessar o lattes: <http://lattes.cnpq.br/1268440854810735>

Resumen

Ese artículo, hecho a cuatro manos, acciona el concepto de la masculinidad hegemónica, imbricado con la colonialidad, para analizar el campo de los museos y el patrimonio cultural de Goiás, Brasil, enfocando en su capital, Goiânia. La aplicación parte del diálogo entre una mujer cis y un hombre cis gay, siendo que el análisis basado en la homosexualidad impulsó la pesquisa. Los discursos del museo y del patrimonio se imponen como memoria oficial del Estado, una memoria normativa, atendiendo a un público específico, heterosexual. Los sujetos regidos por la norma desarrollan entre sí narrativas que justifican ordenes sociales para el control de la historia y de la memoria, entrelazadas con género y sexualidad, produciendo así, náuseas y un mal estar social a los cuerpos que se la alejaron de la heteronormatividad

Palavras clave

museo; patrimonio cultural; masculinidad; colonialidad; sexualidad.

Introdução

Esse artigo é fruto do diálogo entre um homem gay de classe baixa e de uma mulher cis, de origem periférica, atualmente professora de Museologia. Como autor e co-autora, traçamos aqui alguns dos resultados das pesquisas que temos desenvolvido sobre a construção/representação da masculinidade hegemônica em museus e patrimônios do estado de Goiás, em especial, da capital goiana. Esse diálogo foi iniciado durante a elaboração da monografia do autor, orientado pela co-autora. Não obstante, mais do que aluno e professora, tecemos uma relação de troca de experiências e de crescimento mútuo, processo de educação libertadora, como nos ensinou bell hooks (2013).

Buscamos experimentar à leitora e ao leitor, sensações únicas de como a masculinidade atuou e atua em histórias distintas. Para tanto, iniciamos com duas narrativas em primeira pessoa, a primeira, do autor do texto e, a segunda, da co-autora. “Eu, problema social” e “Eu, a Outra, frente ao mandato da masculinidade” são, assim, as portas de entrada para a nossa reflexão, a partir de nossos lugares e corpos. Passamos, então, a quatro mãos, a traçar brevemente um diálogo entre colonialidade, gênero e o conceito de masculinidade hegemônica. Tratam-se de explicitações teóricas para a análise que realizamos no último tópico do texto, tendo como objetos de análise alguns patrimônios e museus goianos. Finalizamos com as considerações que, longe de encerrar o tema, abrem outras portas e janelas para análise.

Eu, problema social

Eu sou um desvio do padrão, a margem de erro, o resultado que não era esperado. Sou? Nomenclaturas para designar e estigmatizar, foram tudo que fizeram. O que me cerca, e que partilho aqui, é pensar que ninguém nos atribuiu conforto ou até mesmo lutou para que nós nos sentíssemos confortáveis em nossos corpos, pelo contrário, crescemos em um lamaçal de dúvidas em meio a julgamentos morais que tomam, formam e sustentam a sociedade.

O estigma está antes mesmo que o ser. E além de tudo, a sociedade me vê como um problema social, e problemas são passíveis de resolução. E assim, minha vida estará nas mãos de outras pessoas. Na verdade, uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem que lidar, mas se parece com aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida. (BUTLER, 2019b: 22).

Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos (BUTLER, 2019a: 17). Uma das normas que regem a sociedade ocidental moderna é o enquadramento de gênero. Esse enquadramento está fundamentado em um formato binário homem-mulher. Logo, a sexualidade historicamente legitimada para pertencer e preencher os espaços sociais, é a heterossexualidade, como norma e paradigma de referência (SWAIN, 2009: 28).

A heterossexualidade classifica o mundo. E quem não se insere ali, com seus costumes e regras, passa ser desviante “[...] O casal, legítimo e procriador, dita a lei, impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (FOUCAULT, 2020: 7) [...]”. A imposição normativa da sexualidade legítima e procriadora é perpetuada nas esferas sociais e culturais. Contudo, depois do destino biológico, o corpo sexuado passa por processos para ser generificado. Esses processos atuam para adjetivar e justificar seu gênero.

Na modernidade não há dualidade, há binarismos (SEGATO, 2012). O processo de generificar o corpo sexuado é fundamentado na lei binária baseada no dimorfismo sexual. O ser humano aprende sua condução sexuada através do conjunto de atitudes que lhe são prescritas em conformidade com as condições de menino ou menina (JABLONKA, 2019: 26). A sociedade trabalha para separar e distinguir, colocando os corpos em seus “devidos lugares”, espaços, papéis sociais, regras, códigos e condutas para se estabelecer e fixar socialmente.

Codificado no sistema binário, partindo do dimorfismo sexual, o corpo é educado para receber sua subjetividade, no meu caso, a masculinidade. A subjetividade que o corpo sexuado deve performar deve estar de acordo com o gênero. Em outras palavras, o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo – que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possíveis (BUTLER, 2019a: 16).

Nesse terreno árido começam a florescer minhas demandas. Meu corpo foi categorizado. Pela biologia, eu sou “xy”, e então, e isso me faz ter um nome antes mesmo do nome social. Menino-homem é tudo que cabe a mim. Devo exercer papéis estabelecidos ao meu corpo, para que minha identidade se enquadre na norma. Todavia, esse nome é tudo que sou? Estou resumido nessas práticas e valores sociais? A interpretação do corpo pautada em gêneros binários é uma coerção violenta. Me denominar pautado em um nome, códigos e normas, me faz refletir que deve-se viver para sustentar tradições, valores e costumes e não o bem estar de cada indivíduo.

Essas reflexões compõem parte da problemática abordada em minha monografia em Museologia, aqui explorada e ampliada. O tema surgiu, foi amadurecido e solidificado ao longo de disciplinas cursadas na graduação em Museologia³. Minha necessidade em falar sobre o patrimônio ligado ao gênero e à sexualidade advém dessa formação, como bacharel em Museologia, ligada a minha ótica, a homossexual. Sou um homem, gay, branco e de classe baixa. Minha cor me faz privilegiado, minha sexualidade me faz subalterno.

3 Minha reflexão nasceu de disciplinas cursadas durante meu percurso acadêmico, com disciplinas como “Tópicos especiais em sociologia: Masculino/Feminino - gênero como classificação social” realizada com a professora Dra. Eliane Gonçalves; “Arqueologia, gênero e Pós-Colonialismo” com a professora Camila Azevedo de Moraes Wichers; e “Tópicos em museologia II: Patrimônios culturais: ressignificação de monumentos, acervos e museus” com o professor Dr. Jean Baptista. Cabe destacar que não existem disciplinas obrigatórias no curso de museologia da Universidade Federal de Goiás que tratem o tema, mas disciplinas optativas no referido curso e em cursos das ciências sociais.

Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir-demarcar, circular, diferenciar os corpos que controla (BUTLER, 2019: 15).

Partido dessa formatação binária, dessa prática regulatória, identificado como o sexo masculino, coube a minha família me iniciar para pertencer a subjetividade que precede a mim, a masculinidade. Essa masculinidade é construída por meio de uma iniciação. Um sujeito é obrigado a adquirir o status de masculinidade enfrentando provações até a morte, assim como na alegoria hegeliana senhor-escravo (SEGATO, 2021: 101). Reitero que a subjetividades são postas mediante imposições e negações, para a diferenciação e classificação dos corpos. Agindo para a lógica de interesse da dicotomia heterossexual.

Em nossa sociedade, quando as crianças do sexo masculino deixam, de certo modo, o “mundo das mulheres”, quando começam a se reagrupar com outros meninos de sua idade, elas atravessam uma fase de homossociabilidade (WERLZER-LANG, 2001). O autor denomina os lugares de homossociabilidade como “Casa-dos-homens”, lugares denominados e construídos socialmente para sociabilidade de homens. Nesse processo, homens mais velhos iniciam os mais novos, e assim, cada iniciado se torna um iniciador (WALZER-LANG, 2001: 442).

E assim, partindo da iniciação masculina, se nota uma segregação para diferenciação, para que além da classificação dos corpos, reitera a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2019a). Com isso, esse processo alimenta e reafirma subjetividades morais para a existência do corpo.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2019a: 53)

Uma das mensagens dominantes da iniciação masculina é a construção do “sujeito-homem” em contraposição a um Outro. O homem é o sujeito, o absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 1967: 10). A mulher é Outro.

É verdade que na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser(mal) tratado como tal. (WELZER-LANG, 2001: 465).

Os homens que não mostram sinais reduntantes de virilidade são associados às mulheres/e/ou a seus equivalentes simbólicos homossexuais (WALZER-LANG, 2001: 465). Ao recusar os estados de masculinidade e virilidade, fui associado ao “mundo do feminino”. Paguei e continuo pagando essa dívida interminável com a masculinidade, com meu gênero e com a norma.

Figura 1. A construção da masculinidade também se dá no universo das propagandas de produtos destinados ao “homem”



Fonte: <https://www.blogdoadonis.com.br/2014/12/02/old-spice-deixa-grey-pela-wk/>

O enquadramento na norma de gênero fiscaliza as práticas de cada corpo. A fim de reconhecer, em primeiro momento, quem se desvia da masculinidade e feminilidade. Por conseguinte, esse enquadramento, efetivamente, decide quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão, esses enquadramentos devem circular a fim de estabelecer sua hegemonia (BUTLER, 2019b: 28).

Que corpo é este que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/morais? (SWAIN, 2000: 47). Onde estou entre o homem e a mulher nas representações do patrimônio cultural e nos museus?. Essas assertivas me impulsionam a continuar buscando o colapso da norma, para que todo corpo que aqui habita, não seja passível de coerção de normas sociais.

Cheguei à teoria porque estava machucada - a dor dentro de mim era tão intensa que não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender-aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura. (hooks, 2013: 83)

Assim com bell hooks, chego cansado nas discursões do patrimônio imbricadas com gênero e sexualidade. Cansado pelo fato de que as instituições culturais não são um espelho para mim e para muitos, cansado pelo o que este mundo, essa sociedade e essa realidade me proporciona. Esse cansaço é perpetuado pela dor. A dor prodigalizada é punição, marca na carne a falta moral ou presumida como tal; ela sanciona o desvio de comportamento (LE BRETON, 2013: 193).

Dentre o cansaço, que é árduo, exaustivo e melancólico, algo me motiva a continuar todas essas discursões e incômodos para colocar a norma em colapso. O amor. O amor me motiva a buscar o conforto e o afeto para os oprimidos. Pelas vidas que são denominadas desviantes. Minha escrita poderá, conseqüentemente, estar carregada de dor, cansaço, traumas e exaustão por todos aqueles que me feriram/ferem e irão ferir. Porém, eu sempre resignificarei essa dor, transformando em amor, para que sempre que lida, haja uma esperança dentro de cada um.

O amor cura. Quando somos feridos nos espaços onde deveríamos conhecer o amor, é difícil imaginar que o amor realmente tenha o poder de mudar tudo. Não importa o que tenha acontecido em nosso passado: quando abrimos nosso coração para o amor, podemos viver como se tivéssemos nascido de novo, sem esquecer o passado, mas vendo-o de uma forma nova, deixando que ele viva dentro de nós de uma nova maneira. Seguimos adiante com a percepção renovada de que o que já passou não pode mais nos machucar (hooks, 2021: 204).

Eu, a Outra, frente ao mandato da masculinidade

Sendo os bens patrimoniais e museus resultados de disputas de saberes-poderes ditos científicos, o sujeito normativo se impõe como discurso dominante, ferindo corpos e mentes distintos desse modelo. As memórias silenciadas e/ou estereotipadas ferem esses corpos. Mulheres, ainda que atravessadas por diferenças entre si, e os homens que se distanciam da norma, têm em comum as opressões ocasionadas pela masculinidade.

Essa compreensão me aproximou da discussão trazida pelo autor que partilha esse texto comigo, bem como das reflexões e lutas de outras pessoas LGBTQs, cotidianamente violentadas pela norma. Identifico na masculinidade um eixo de opressão que afetou e continua a afetar tanto o meu corpo de mulher cis, de origem periférica, atualmente professora de Museologia, quanto o corpo do autor, um homem gay que partilha esse texto comigo. Certamente, vivenciamos distintas opressões, mas, identificamos na masculinidade um “inimigo comum” e passamos a refletir sobre a potencialidade da cura pelo amor (hooks, 2021) e sobre as políticas dos afetos e das alianças.

Pessoalmente, venho traçando esses diálogos em especial com a Museologia LGBTQ, alimentando-me dessa perspectiva teórica e prática de intervenção (BAPTISTA, MORAES WICHERS, BOITA, 2019; BAPTISTA, BOITA, MORAES WICHERS, 2020).

Convém destacar que as políticas de aliança não apagam pautas específicas, sendo necessário considerar os marcadores sociais que se atravessam nos diferentes modos de fazer política feminista, como indicam Daniela Dalbosco Dell’Aglia, Adolfo Pizzinato e Paula Sandrine Machado (2019). Adiciono a essa assertiva, a compreensão de que trata-se de construirmos políticas feministas decoloniais, cuja inspiração central são os feminismos negros e indígenas, uma vez que a invasão europeia e a instituição da modernidade/colonialidade significou a imposição da raça e do gênero. Ou seja, as categorias mulher o homem, aqui acionadas, são colocadas “sob rasura”, para usar a terminologia proposta por Derrida de utilizada por Stuart Hall (2014).

Para Simone de Beauvoir (1967), o homem é o sujeito absoluto. Como mulher, sou a Outra. Não obstante, ao considerar outros marcadores sociais das diferenças, a assertiva de Beauvoir é complexificada. Somos muitas ‘Outras’. Nossos corpos, sexuados, são assujeitados pela distinção binária e hierárquica de gênero, imposta pelo Ocidente Moderno, mas também pela raça, classe e sexualidade, entre outros marcadores.

Crescida na periferia da cidade de São Paulo, de família migrante sergipana, vivenciei o processo de generificação de forma específica, entrelaçado com as opressões de classe e região de origem. Depois, de pele clara e cabelos cacheados, com ancestralidades apagadas pela colonialidade, meu corpo foi se tornando mais estranho à medida em que me inseria em espaços do saber-poder

na universidade, desde a graduação até o presente, quando ocupo um espaço de privilégio, como docente de uma universidade pública. Também sofri a violência da masculinidade ainda na infância, embora tenha conhecido essa palavra muito mais tarde.

Rita Segato (2003) examina como construção da masculinidade está relacionada à violência, analisando a paisagem mental do “universo masculino”. Para a autora, a masculinidade representa uma identidade dependente de um *status* que engloba, sintetiza e confunde poder sexual, poder social e poder de morte (SEGATO, 2003: 37). Esse *status* de homem deve ser conquistado, afirmado e restaurado diariamente, resultando em um mandato social que pesa sobre o masculino, e sobre o feminino.

A antropóloga denomina como violação qualquer forma de sexo forçado imposto por um indivíduo com poder de intimidação sobre o outro, ou seja, o uso e o abuso do corpo do outro, sem que esse participe com intenção ou vontade. Aponta, ainda, que a violência doméstica e os abusos cometidos na intimidade por pessoas conhecidas são as violações mais frequentes. Por outro lado, a “violación cruenta” é cometida no anonimato das ruas, por pessoas desconhecidas, anônimas, no qual a persuasão cumpre um papel menor, o ato se realiza por meio da força ou da ameaça de seus uso (SEGATO, 2003: 21-22). Debruçando-se sobre a “violación cruenta”, Segato oferece chaves de leitura para a violência de forma mais geral, o “impulso agresivo propio y característico del sujeto masculino hacia quien muestra los signos y gestos de la femineidad” (SEGATO, 2003: 23). Esses abusos, cometidos nas ruas ou nos lares, compõem um aparato denominado pela autora como “mandato da masculinidade”.

Esse mandato fere corpos feminizados, dentro de casa, nas ruas, nos espaços de sociabilidade e de memória. Quanto mais distante da masculinidade, mais recorrentes serão as feridas físicas, psíquicas e simbólicas sofridas por esses corpos. Mas, como os museus, bens patrimoniais e espaços de memória se relacionam como o mandato da masculinidade? Sendo fruto de uma socialização, a masculinidade também é construída e reiterada nesses espaços, essa é a hipótese desse estudo.

Cabe, antes nos determos, na colonidade do gênero e no conceito de masculinidade hegemônica, mencionados até o momento de forma pontual, para passarmos ao exame de alguns patrimônios e museus goianos.

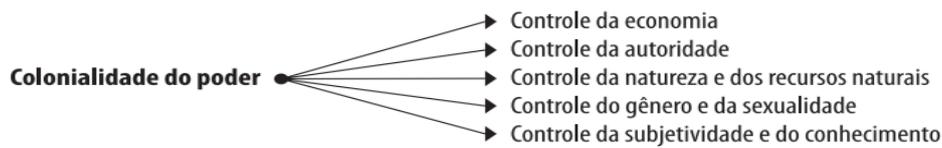
Colonialidade e Gênero

Colonialidade é conceito denominado pelo peruano Aníbal Quijano. O autor afirma que partindo da colonização obtem-se a invenção da raça e a implantação do capitalismo na América Latina e no Mundo. Assim, a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América (QUIJANO, 2005: 117).

Por outro lado, no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno do capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial (QUIJANO, 2005: 118).

A **Figura 2** mostra como a colonialidade é sistematizada no texto de Luciana Ballestrin (2013):

Figura 2 A colonialidade do poder



Fonte: BALLESTRIN, 2013, p. 100

256

A colonialidade molda e solidifica estruturas, formando pensamentos rígidos sobre a sociedade ocidental moderna e sua história. Stuart Hall afirma que a via para nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão e pela longa tutela da dependência colonial, como indicado por Liv Socivk, ao analisar a obra do autor (SOCIVK, 2003: 12), pontuando, ainda, que etnicidades dominantes são sempre sustentadas por uma economia sexual específica.

Diante disso, pensar colonialidade imbricada com gênero e sexualidade é algo necessário, uma vez que corpos específicos se beneficiam da modernidade/colonialidade. Os estudos que cruzam a colonialidade e gênero são entronizados pela autoras Rita Laura Segato (2012) e Maria Lugones (2008).

Segato disserta sobre como as relações de gênero eram estabelecidas entre povos nativos no período da colonização, exemplificando como o contato com o processo da invasão configurou, sistematizou e construiu um pensamento de distinção binária. Segundo a autora, no mundo da modernidade não há dualidade, há binarismos (SEGATO, 2012: 122). Criando assim, uma norma social de gênero, uma dicotomia entre homens e mulheres e suas subjetividades, masculinidades e feminilidades.

Partindo dessa ótica, Rita Segato ainda pontua sobre a masculinidade:

Também são reconhecíveis, no mundo pré-intrusão, as dimensões de uma construção da masculinidade que acompanhou a humanidade ao longo do tempo da espécie, o que eu chamei de “pré-história patriarcal da humanidade”, caracterizada por uma temporalidade lentíssima ou, em outras palavras, de uma *longue-durée* que se confunde com o tempo evolutivo (Segato, 2003b). Esta masculinidade é a construção de um sujeito obrigado a adquiri-la como status, atravessando provações e enfrentando a morte- como na alegoria hegeliana do senhor e seu servo. Sobre este sujeito pesa o imperativo de ter que conduzir-se e reconduzir-se a ela ao longo de toda a vida sob os olhares e a avaliação de seus pares, provando e reafirmando habilidades de resistência, agressividade, capacidade de domínio e exaço do que chamei “tributo feminino” para poder exibir o pacote de seis potências- sexual, bélica, política, intelectual, econômica e moral - que lhe permitirá ser reconhecido e qualificado como sujeito masculino. (SEGATO, 2012: 117-118, grifo nosso)

Lugones (2008, p. 78), por sua vez, ao dialogar e criticar aspectos da obra de Quijano, afirma a necessidade de entendermos as características específicas e históricas da organização de gênero no sistema moderno/colonial, caracterizado pelo dimorfismo biológico e pela organização patriarcal e heterossexual das relações sociais. Para Lugones, gênero é uma construção moderna e colonial, assim como a colonialidade trouxe a invenção do conceito de raça, também teria significado a criação do conceito de gênero para essas sociedades, pois não existiria nesses contextos, antes do “contato” e da colonização, um princípio or-

ganizador parecido com o de gênero do Ocidente (MORAES WICHERS, 2017). Essa masculinidade é fruto do processo de expansão da colonização, atuando na formatação dos corpos e mentes. É essa masculinidade que se impõe como hegemônica.

Masculinidade hegemônica

Entre críticas e ressalvas, o conceito de masculinidade hegemônica proporcionou uma série de colocações e análises para a reflexão sobre a masculinidade e suas ações. O conceito é resultado de pesquisas de campo que foram realizadas nas escolas da Austrália, analisando a desigualdade social nas escolas atrelada com a construção da masculinidade e o papel do homem na política australiana.

É formulado por Raewyn Connell⁴ e James W. Messerschmidt. A autora e o autor dissertam sobre uma masculinidade específica, normativa, que se estrutura nas unidades de poder de uma sociedade e que, conseqüentemente, moldam, organizam e sistematizam as estruturas sociais. Essa masculinidade hegemônica específica gera um efeito hierárquico entre outras masculinidades, contribuindo para opressões ao gênero feminino e aos homossexuais.

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legítima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013: 245).

A autora e o autor pontuam criticamente a forma como os meninos são construídos para pertencerem a essa masculinidade. Utilizamos esse conceito no campo do patrimônio para concretizar que quando não se pertence a especificidade branca de poder e saber heterossexual, o sujeito não será representado. Essa representação hegemônica atua como um controle cultural, para em especial, se destacar de outras masculinidades. A antropóloga colombiana Mara Viveiros Vigoya em seu livro “As cores da masculinidade: experiências internacionais e práticas de poder na Nossa América” afirma que, os únicos que puderam se beneficiar totalmente da modernidade foram os homens brancos heterossexuais, das classes superiores que monopolizavam as regras do controle moral e o privilégio da honorabilidade (VIGOYA, 2018: 139). Contudo, esses homens moldam e solidificam as estruturas sociais e culturais, distanciando todo corpo que se destoa de tal representação.

A masculinidade nos patrimônios e museus goianos

A masculinidade hegemônica representada nos museus e patrimônios culturais afeta os corpos que não se enquadram. A norma é “o homem, branco, judaico-cristão, cisgênero, heterossexual, euroamericano, urbanizado e burguês”, como apontam Gabby Hartemann e Irislane Pereira de Moraes (2018: 11), ao discorrerem sobre o sujeito que enuncia grande parte dos discursos científicos.

⁴ No texto aqui referenciado Raewyn Connell assinava como Robert William Connell. Sua transição ocorreu quando já tinha mais de 60 anos, por isso, artigos e obras anteriores aparecem com esse nome.

Sou eu este patrimônio?

Reflexões críticas acerca da masculinidade hegemônica nos museus e patrimônios goianos

Baseando-se em uma ciência pretensamente neutra, especialistas e Estado definem o que deve ser lembrado. Nos museus e patrimônios existe uma constante representação e celebração da masculinidade hegemônica, que produz masculinidades subalternas, hierarquizando-as. São os homens cis, heterocentrados, brancos e de elite que nomeiam museus, ocupam suas narrativas expositivas de forma hierárquica, bem como são “imortalizados” em espaços de memória e bens patrimoniais.

Comecemos com o Monumento ao Bandeirante, na capital goiana. Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido como Anhanguera, foi um sertanista e bandeirante português. Deixou seu “legado” para seu filho, que também leva o mesmo nome do pai. Inseridos no processo de invasão do que veio compor o Brasil e suas atuais unidades federativas, como Goiás, os bandeirantes foram aplaudidos a heróis no início do século XX.

Figura 3. Inauguração do Monumento ao Bandeirante, em Goiânia.



Fonte: <https://jornal.ufg.br/n/90447-resgate-do-passado>

Desde a criação da memória e de sua perpetuação, o nome bandeirante é homenageado em diversas maneiras na cidade de Goiânia. Os monumentos exaltam e glorificam a narrativa cuja ótica é aplaudir essa masculinidade hegemônica e a expansão da colonização pelo movimento das bandeiras. Esses monumentos vão moldar imaginários, estruturar e reafirmar o mito do descobrimento e, conseqüentemente, reiterar uma masculinidade específica. Como aponta Jordana Fonseca da Silva:

Foi no contexto de inauguração da cidade que Goiânia recebeu esta doação do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com a imagem de um bandeirante, possivelmente o Anhanguera, o “diabo velho”, moldada em bronze. A estátua foi inaugurada no ano do Batismo Cultural, 1942, alguns meses após as festividades e celebrações do evento. Responder o que de fato, esse presente significa se mostra uma questão importante, pois, o período mencionado (anos 1930 e 1940) coincide com as alavancadas paulistas de exaltação de sua identidade regional, seu poder simbólico diante da história nacional, voltando-

-se aos bandeirantes como imagem heroica, digna de orgulho e comemoração. O presente, na verdade, resulta de um acordo entre os estados, com subvenções dos governos goiano e paulista. (SILVA, 2020: 343).

É importante salientar que o Monumento ao Bandeirante (Figura 3) se encontra no centro da cidade de Goiânia, em um espaço de grande movimentação de pessoas. Com 3,5 m de altura, a escultura, talhada em bronze, está encravada entre duas das principais avenidas da capital – Anhanguera e Goiás. Colocar esse homem hegemônico no centro da cidade é uma forma de estabelecer e plantar expectativas a serem respondidas e reproduzidas por homens e “aceitadas” pelas mulheres.

Os monumentos foram criados sob a ótica e narrativa do homem colonizador, que sustenta uma falácia, um mito. A memória criada por essa ótica, subalterna as identidades de povos originários e os colocam como povos “bárbaros”, uma vez que a colonização e as bandeiras foram denominadas como processos civilizatórios na América Latina, com a inserção do capitalismo e da classificação global por raça. A colonialidade e a masculinidade hegemônica se entrelaçam pelo fato de que os homens brancos são beneficiados pelo padrão de poder implantado com a colonização.

O próximo monumento a ser analisado reitera a mesma “falácia”. A leitura transmite uma imagem pacificadora, onde os povos originários trabalharam em conjunto com os bandeirantes para um bem maior, a “civilização”. O monumento está localizado na Avenida Perimetral Norte, na entrada de uma instituição de ensino privada. Podemos ver também o corpo sexualizado de uma mulher indígena entre as figuras representadas, a masculinidade branca sendo representada como detentora do poder, e os povos originários e africanos sendo subalternizados.

Figura 4. Os bandeirantes



Fonte: <http://www.luizolinto.com.br/site/galeria.php?id=6>

Outra figura central no contexto museal e patrimonial goiano é Pedro Ludovico Teixeira. Pelo papel desempenhando na política, na construção e na formação de Goiânia, existem muitas homenagens ao seu respeito.

Pedro Ludovico ficou quinze anos ininterruptos à frente do executivo estadual, de 1930 a 1945, ora como governador, ora como Interventor Federal. Em 1945, foi eleito para o Senado, abrindo mão do cargo para assumir o governo mais uma vez em 1951. Após o mandato, foi eleito senador em 1954 e reeleito em 1962, onde ficou até 1969, após ser cassado e ter os direitos políticos suspensos por dez anos devido ao Ato Institucional nº 05 durante o Regime Militar. Morreu em sua casa em 1979, aos 88 anos de idade. (SOUZA, 2019: 1-2)

Sou eu este patrimônio?

Reflexões críticas acerca da masculinidade hegemônica nos museus e patrimônios goianos

Essa figura está presente na nomeação de ruas, setores, bairros e escolas, bem como na criação de monumentos e do museu que leva o seu nome, “imortalizando” sua memória-poder. O busto e a estátua equestre de Pedro Ludovico estão localizadas na Praça Cívica, “marco-zero” e ponto turístico de Goiânia, um local de grande movimentação de pessoas. O busto está em na frente ao Palácio das Esmeraldas, a casa do governador de Goiás.

260

Figuras 5 e 6. Busto e estátua equestre de Pedro Ludovico



Fonte: Imagens do autor, 2021.

Interessante observar na estátua equestre que essa memória oficial não passa despercebida pelos movimentos de resistência, a pichação pode ser compreendida como ação nas fissuras da colonialidade (MORAES WICHERS, 2020). Ao redor do Brasil e do mundo, intervenções dos movimentos sociais em monumentos dedicados a figuras que lideraram processos de domínio, coerção, escravização e extermínio têm sido realizados.

O Museu Pedro Ludovico, criado em 1987, ainda que proposto em 1979 logo após a morte do político, tem uma grande visitação por escolas, público local e turistas. O museu é criticado também apagamento da memória de dona Gercina Borges Teixeira, esposa de Pedro Ludovico, representada em lugares de serviço, como “dona de casa”, como é o caso da cozinha, enquanto Pedro Ludovico é representado e lembrado nos lugares de poder e saber, em seu escritório com muitos livros, por exemplo.

A todo momento homens brancos beneficiados pela colonialidade e pelo patriarcado dão continuidade ao sistema mundo de dominação pelas estruturas sociais. A masculinidade hegemônica atua como um controle. Esse homem branco precisa se destacar dos outros homens brancos, ele é político, herói, fundador, elitista, heterossexual e dominador. Zoroastro Artiaga, fundador do museu que leva o seu nome, é uma dessas figuras. Como homem que percorreu a institucionalidade jornalística, política e pública, Zoroastro Artiaga exerceu cargos que repetidamente são descritos pelos seus biógrafos como de suma importância para Goiás. O Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga é localizado também no centro da cidade, na Praça Cívica, já mencionada, tendo

sido o primeiro museu de Goiás e recebido o nome do seu “mentor” após seu falecimento.

Quando ampliamos nosso olhar de Goiânia para o estado de Goiás, verificamos as mesmas recorrências. Atualmente, em Goiás, existem 80 museus cadastrados no site mantido pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)⁵. Desse oitenta, 20 museus levam o nome de homens, o que corresponde a 25 % das instituições enquanto apenas 2% levam o nome de mulheres.

Tabela 1. Museus que homenageiam homens em sua denominação

Instituição Museológica
Museu Municipal Frei Nazareno Confaloni
Museu Histórico de Itaberaí - Casa Coronel João Caldas
Centro de Memória Juiz Paulo Fleury da Silva e Souza
Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos
Memorial Paulo Bertran - Instituto Betran Fleury
Museu Histórico de Goianésia Mário Augusto Alves
Centro Cultural Palácio Conde dos Arcos
Museu da Família Pompeu
Museu de Zoologia e Ornitologia José Hidasí
Centro Cultural Jesco Puttkamer
Memorial JK em Jataí
Museu Pedro Ludovico
Planetário Juan Bernardino Marques Barrio - Universidade Federal de Goiás - UFG
Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura
Museu Goiano Zoroastro Artiaga
Casa de Cultura Rui Carneiro
Museu Major Militão Pereira de Almeida
Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho
Museu Dom Prada Carrera
Museu Histórico Municipal Cornélio Ramos

Mas, que homens são esses? Observamos que tratam-se de homens brancos, religiosos, militares, ocupantes de cargos políticos ou estudiosos reconhecidos em suas áreas de atuação. Quando casados, o são com mulheres, sempre colocadas a sombra de suas figuras, como no caso de Gercina Borges Teixeira, esposa de Pedro Ludovico. A “família tradicional” é recorrentemente homenageada, na representação do “homem chefe de família”. Por isso, consideramos aqui o Museu da Família Pompeu, em Pirenópolis, como compondo esse cenário dos museus que reiteram a masculinidade hegemônica. Obviamente, essa masculinidade está em maior ou em menor grau em todos os museus goianos, mas destacamos aqui os museus que colocam-se como uma homenagem a essas figuras em suas denominações, como o Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura, localizado em Porangatu, ainda que se debrucem sobre acervos e temas mais amplos, ou os museus totalmente devotados a imortalizar essas figuras, como o Museu Pedro Ludovico e o Memorial JK em Jataí.

5 <http://museus.cultura.gov.br/> Acessado em 20 de abril de 2021.

Considerações finais

Esse texto é um exercício analítico pautado no diálogo entre um homem gay e uma mulher feminista. Exercício que se alimenta do afeto, das alianças e das possibilidades de cura das feridas que a masculinidade nos perpetrou. Evidenciamos como os bens patrimoniais e os museus goianos são espaços de construção e reiteração da norma, representando positivamente uma figura única: o homem cis, heterocentrado, branco e proprietário. Corpos e subjetividades que fogem à norma são silenciados ou estereotipados, situados de maneira hierarquicamente inferior. A continuidade das pesquisas certamente poderá ampliar o que aqui foi sugerido.

Buscamos exercitar uma escrita que não apagasse nossas subjetividades, nos aventuramos em cruzar ciência e arte, escrita acadêmica com narrativas de memórias pessoais. Esperamos que o texto possa inspirar outras análises voltadas aos museus e patrimônios em Goiás, no Brasil e alhures.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, p. 89-117, 2013.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; MORAES WICHES, Camila A. de. O que é Museologia LGBT?. *Revista Memórias LGBT*, v.7, p. 4 - 9, 2020. Disponível em <https://memoriaslgbt.wpcomstaging.com/edicao-atual/> Acesso em 01 out. 2021.

BAPTISTA, Jean; MORAES WICHES, Camila A. de.; BOITA, Tony. W. Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado. *Revista de Estudos Feministas*, v.27, p. 1-14, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo - 2. A Experiência Vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. Publicado original em 1949.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019b.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21 (1), p. 242-282, 2013.

DELL' AGLIO, Daniela Dalbosco; PIZZINATO, Adolfo; MACHADO, Paula Sandrine. Marcha das Vadias de Porto Alegre: uma análise das políticas de aliança. *Psicologia Política*. vol. 19. nº 45. p. 216-228, 2019.

FOCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, T.T. da; HALL, S.; WOODWARD, K.. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, p. 103-133, 2014. Publicado original em 1996.

HARTEMANN, Gabby & MORAES, Irislaine P. de. Contar histórias e caminhar com ancestrais. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 12 (2), p. 9-34, 2018.

hooks, bell. *Ensinando a Transgredir – A educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.

JABLONKA, Ivan. *Homens justos: Do patriarcado às novas masculinidades*. São Paulo. São Paulo: Todavia 2021.

LE BRETON, David. *Antropologia da Dor*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

LUGONES, Maria. “Colonialidad y género”. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101. 2008.

MORAES WICHES, Camila A. de. Arqueologia, processos de musealização e representação no Brasil: enredos da colonialidade, fissuras e contranarrativas. *Brasília: Journal for Brazilian Studies*, Vol. 9, No. 2, p. 206-232, 2020.

MORAES WICHES, Camila A. de. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. *Revista de Arqueologia*, v.30, p. 35-50, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-142, 2005.

SEGATO, Rita Laura. *Crítica a colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. I. ed.- Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-Cadernos Ces*, 18, Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, p. 105-131, 2012.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SILVA, Jordana Fonseca da. O monumento aos bandeirantes em Goiânia e o mito fundador da nova capital. *Revista Memória em Rede*, v. 12, p. 341-367, 2020.

SOCIVK, Liv. Para ler Stuart Hall. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 9-24, 2013.

SOUZA, Rildo Bento de. Museu Pedro Ludovico: História, Memória, Identidade e Educação Goiana. ANPUH-Brasil - 30º Simpósio Nacional De História-Recife, p. 1-14, 2019.

Sou eu este patrimônio?

Reflexões críticas acerca da masculinidade hegemônica nos museus e patrimônios goianos

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., v. 8, n. 1-2, p. 47-84, 2000.

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade*. Experiências internacionais e práticas de poder na Nossa América. Trad. de Allyson de Andrade Perez. Belo Horizonte: Papeis Selvagens, 2018.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de estudos feministas*, 9(2), p. 460-482, 2001.